

Área de Avaliação: CIENCIAS BIOLÓGICAS II
Coordenador de Área: ADALBERTO RAMON VIEYRA
Coordenador-Adjunto de Área: BENEDITO HONORIO MACHADO
Modalidade: Acadêmica

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

Apresentação.

O presente documento de área começou a ser elaborado em julho de 2008 por oportunidade da elaboração do primeiro Qualis de periódicos, após a deliberação do Conselho Técnico-Científico da CAPES de 16 de abril do mesmo ano. Idéias e propostas foram analisadas em diferentes comitês, reunidos em diferentes ocasiões nos últimos 21 meses e nos quais participaram docentes de programas de todas as regiões do país. Estas idéias e propostas contribuíram – num demorado e rico processo – para consolidar textos que foram modificados a partir de críticas e sugestões, inclusive aquelas recebidas durante o congresso dos programas da área realizado em Brasília em dezembro de 2009 com a participação de um comitê *ad-hoc*. As considerações e orientações que se seguem, incluindo aquelas relacionadas com o Qualis e a Ficha de Avaliação, não correspondem a decisões unânimes e sim a um consenso que se procurou o mais amplo possível. O resultado foi alcançando compatibilizando expectativas, visões e concepções opostas e, ao mesmo tempo, observando as decisões e instruções do Conselho Técnico-Científico e da Diretoria de Avaliação da CAPES.

Considerações gerais

A área de Ciências Biológicas II conta hoje (abril de 2010) com 64 programas de pós-graduação implantados, sendo 58 acadêmicos. Deste conjunto, 54 oferecem cursos de mestrado e doutorado e 4 – dos quais 3 recomendados no último triênio – oferecem somente cursos de mestrado. A área conta ainda com 6 programas que oferecem cursos de mestrado profissional, sendo um em associação com uma indústria nacional de fármacos e outro com um órgão do governo federal, a ANVISA (Ministério da Saúde).

Deve ser mencionado que, 5 anos atrás, a área contava com 53 programas e que 3 migraram recentemente para a nova área de Biotecnologia. Tem sido e continuará a ser prioridade da área o estímulo para a implantação de novos programas, preservados os critérios de exigência de qualificação e produção científica significativa para todos os orientadores, inclusive entre os mais jovens. O desafio de crescer (ver mais adiante considerações sobre estratégias de crescimento e desafios para a área na década 2010-2020), se combina com a diretriz de recrutamento de orientadores que garantam um adequado desempenho dos programas e o cumprimento da missão de fortalecimento da pesquisa nas instituições que haverão de sediá-los.

A distribuição regional mostra as disparidades que também são observadas em outras áreas: há 16 programas na região Sul, 38 no Sudeste, 8 no Nordeste e apenas 1 na região Norte. A área conta com 1 Programa Multicêntrico (estruturado pela Sociedade Brasileira de Fisiologia) que oferece mestrado e doutorado com conceito 4, cujas instituições promotoras se encontram nas regiões Sul e Sudeste, congregando associadas e emergentes do Sul, Sudeste e Nordeste. Esta modalidade de programas, estruturados por tradicionais sociedades científicas de projeção internacional – fortemente apoiados pela CAPES, pelo



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

CNPq e pelas Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – é considerada pela área como um dos novos mecanismos de associação capazes de atingir de maneira capilar grandes regiões do país, projetando de maneira sintonizada a tradição e o desempenho de programas altamente consolidados para regiões menos desenvolvidas em termos de pós-graduação e pesquisa (ver também mais adiante considerações sobre estratégias de crescimento e desafios para a área na década 2010-2020).

Em relação aos conceitos, eles estão distribuídos da seguinte forma: 9 programas com conceito 3 (14,1%), 22 com 4 (34,4%), 15 com 5 (23,4%), 9 com 6 (14,1%) e 9 com 7 (14,1%). Esta distribuição, com forte presença de conceitos mais altos, espelha a tradição de mais de 100 anos de pesquisa biomédica no Brasil, hoje consolidada e internacionalmente reconhecida nas instituições que sediam os programas merecedores destes conceitos. A área sempre adotou rigorosos critérios de estratificação e análise das publicações, privilegiando a vinculação de teses e dissertações com co-autorias discentes em periódicos de circulação internacional e estabeleceu exigentes requisitos adicionais para atribuição de conceitos 6 e 7 (com destaque para os referenciais de desempenho internacional). Esta tradição, que se perpetua e se fortalece com o crescimento quantitativo e qualitativo de sua produção intelectual, constitui uma sólida garantia de que a atribuição dos mais altos conceitos continuará a ser resultado da qualidade, da visibilidade e do reconhecimento dos programas da área. Por oportuno, deve ser lembrado que a aplicação destes critérios rigorosos de avaliação comparativa, junto com a análise da evolução dos indicadores em avaliações sucessivas, determinou que a área de Ciências Biológicas II tivesse o mais alto número de diminuições de conceito na trienal realizada em 2007. De toda forma, há uma diretriz e um compromisso dentro da área de que promoções de conceito não podem estar condicionadas a cotas ou a uma determinada distribuição porcentual de conceitos. Haverão de determinar isto, de maneira comparativa, a persistência e a superação qualitativa e quantitativa do desempenho, especialmente na formação de novos doutores (ver comentário abaixo sobre compromissos e desafios da área para a próxima década). Nesta mesma linha conceitual, deve ser frisado que, tanto a área como estrutura de coordenação quanto a maioria dos programas, promovem continuamente diversas atividades de avaliação e comparação com instituições de referência, que envolvem pelo menos os seguintes aspectos: linhas e projetos de pesquisa, impacto e prestígio dos periódicos utilizados como veículo de teses e dissertações, co-autoria de estudantes nas publicações mais relevantes, presença de docentes em corpos editoriais de prestígio e tradição (não apenas como “reviewers”) e qualidade das publicações docentes. A certeza de seus programas constituírem uma área internacionalmente consolidada levou a adotar a política de não recomendar a concessão de bolsas para doutorado pleno no exterior, exceto no estratégico campo da toxicologia de medicamentos. Mas sempre com orientador no Brasil oriundo de programa com, pelo menos, conceito 5. Todavia, apesar da percepção nítida desta consolidação, a área considera que se impõe estabelecer a sistemática de comparação explícita através da auto-avaliação, da avaliação à distância por pesquisadores estrangeiros reconhecidos e de visitas periódicas por comitês internacionais. De maneira ainda incipiente, mas estimulante, alguns programas já começaram a tomar este tipo de iniciativas.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Merecem citação dois fatos relevantes que mostram o reconhecimento da qualidade e da visibilidade dos saberes cultivados na área: os vencedores do prêmio Conrado Wessel de Ciência Geral e a realização no Brasil, nesta década, dos congressos das federações internacionais de sociedades científicas que abrangem, de forma tradicional, as sub-áreas das Ciências Biológicas II. Das últimas cinco edições do prêmio Conrado Wessel de Ciência Geral – hoje a mais alta láurea no país junto com o prêmio Álvaro Alberto – onde concorrem candidatos altamente qualificados de todas as áreas do conhecimento, quatro tiveram como vencedores orientadores de programas da área. Em relação aos congressos das federações internacionais das sociedades científicas de Bioquímica, Fisiologia, Farmacologia e Biofísica a serem realizados na presente década, as duas primeiras já escolheram o Brasil como sede. Há grande chance – em virtude dos apoios angariados pelas candidaturas das respectivas sociedades filiadas brasileiras – de que as duas últimas federações antes mencionadas tomem a mesma decisão nos próximos meses.

Frente às assimetrias apresentadas acima e às características da evolução do conhecimento científico contemporâneo dentro do grande campo de saberes das ciências biomédicas, confiante e segura da qualidade de seus programas, a área delineou as seguintes estratégias e diretrizes de crescimento para a próxima década no marco do Programa Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 (ver também considerações finais): (i) estímulo à criação de programas sem os recortes disciplinares clássicos e as leituras isoladas das subáreas históricas das Ciências Biológicas II; (ii) estímulo à criação de novos programas estruturados pelas Sociedades Científicas, na linha do já implantado Programa Multicêntrico de Ciências Fisiológicas; (iii) criação de Programas Multicêntricos Regionais com associações diversas e eixos temáticos ao mesmo tempo de relevância regional, multidisciplinares e unificadores; (iv) estímulo às iniciativas que viabilizem novos formatos e modelos de programas, capazes de integrar a graduação com a pós-graduação; (v) recomendação para incorporar de forma crescente pós-doutores em projeto de longo prazo, preferencialmente em laboratórios diferentes daqueles onde se alcançou o doutorado; (vi) apoio firme e constante às crescentes iniciativas de programas Dinter, turmas fora de sede e Procads; (vii) promoção de Escolas de Altos Estudos sobre grandes temas nacionais e regionais pertinentes à área; (viii) criação de Mestrados Profissionais em áreas temáticas estratégicas e de capacitação de profissionais de empresas e de instituições e serviços do Estado.

Estas estratégias e diretrizes de crescimento se inserem num marco de compromissos. As considerações acima sobre o estado e o desempenho da área, a sólida convicção que permeia sobre o papel estratégico da pesquisa e da pós-graduação para o desenvolvimento sócio-econômico soberano do Brasil e a repercussão das primeiras reflexões orgânicas sobre estes temas no Simpósio “New Challenges” (Ribeirão Preto, 2008) e nos 3 congressos da área (2006, 2008 e 2009), levaram a área a assumir e aceitar 7 compromissos e desafios no marco do Programa Nacional de Pós-Graduação 2011-2020. São estes compromissos: (i) acentuar a derivada de crescimento quantitativo no número de programas da área, expandir os quadros de orientadores – inclusive nos programas



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

consolidados – e estimular o interesse de graduados para continuar sua formação no grande campo das ciências biomédicas; (ii) contribuir para o preenchimento dos grandes vazios que existem no Território Nacional em relação aos saberes cultivados na área; (iii) desenvolver áreas de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico ainda incipiente; (iv) associar e congregar proficuamente os seus egressos nas novas universidades e nos novos campi; (v) integrar-se na educação pós-graduada na América Latina, na África e com os BRICS; (vi) reverberar a qualidade e a visibilidade dos saberes da área na educação básica através da inserção em programas e ações da CAPES da Educação Básica; (vii) enfrentar novos desafios intelectuais e conceituais para a formação de novas gerações de cientistas, com a sabedoria necessária para explorar as fronteiras de complexos problemas biológicos, consolidando o papel do Brasil como um dos referenciais da ciência contemporânea. Deve ser mencionado que múltiplas iniciativas dos programas da área, no caminho marcado por estes compromissos, vêm sendo desenvolvidas no Brasil e no exterior com o continuado apoio da CAPES.

II. Considerações gerais sobre a Ficha de Avaliação para o Triênio 2007-2009

II a. Análise e valoração de quesitos e itens com destaque para os quesitos 3 e 4.

A Ficha de Avaliação a ser utilizada pela Área de Ciências Biológicas II atribui aos quesitos 3 (corpo discente) e 4 (produção intelectual) e seus respectivos itens, os pesos estabelecidos na tabela a seguir.

Tabela 1: pesos dos itens dos quesitos 3 e 4 (segundo o quadro 1 do documento aprovado pelo CTC na sua 102ª reunião).

Quesito e item	Peso ¹	
3. Corpo discente, teses e dissertações	35	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	20	
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação aos docentes do programa	20	
3.3. Qualidade das teses e dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	50	
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10	
4. Produção intelectual	35	
4.1. Publicações qualificadas do programa por docente permanente.	40	
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do programa.	55	



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	5	
4.4. Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	0 ²	

- a) 1. Peso do item dentro do quesito
- b) 2. O item não é pertinente à área.

II. b. Composição do corpo docente para fins de avaliação.

As atividades de pesquisa e formação dos docentes permanentes credenciados nos últimos 3 anos (interstício da avaliação), desde que tenham estado vinculados a programas de pós-doutoramento (no país ou no exterior) no quinquênio prévio a sua contratação, poderá ser desconsiderada durante a avaliação trienal – a pedido justificado do programa. Esta decisão tem como objetivo incentivar o credenciamento de jovens doutores altamente qualificados recém contratados em Universidades e Institutos de Pesquisa, em fase de instalação e de implantação de novas atividades de investigação científica e de congregação de estudantes. Apesar de que existam interpretações de que possa haver mais de um tipo de orientador permanente, não existem para a área – com vistas à avaliação dos diferentes aspectos relacionados com o corpo docente – subcategorias adicionais como co-orientador, primeiro orientador ou segundo orientador. A responsabilidade de orientação compartilhada, como resultado da complementação de experiência e saberes ou do estabelecimento de associações institucionais, deve ser entendida como indivisível e equivalente.

Em relação ao quesito 3.2 sobre distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação, não serão incluídos docentes permanentes credenciados no triênio que não se enquadrem na categoria inicial acima ou que não concluíram orientação, embora neste caso a sua produção científica deva ser computada conforme o estabelecido em II.d.

II. c. Professores colaboradores.

Embora a Portaria 068 da Presidência da CAPES, a deliberação do Conselho Técnico-Científico de maio de 2005 e o documento da área de Ciências Biológicas II de setembro de 2005 definam com clareza o conceito de professor colaborador, a comissão de Qualis – e antes o comitê responsável pela avaliação trienal 2004-2006 – detectou a conceituação e o emprego equivocados desta categoria docente. Um equívoco muito frequente é informar como colaborador aquele docente do quadro permanente que no período foi circunstancialmente menos produtivo. A área enfatiza que professor colaborador deve ser aquele convidado para incorporar, desenvolver ou consolidar uma atividade específica e necessária para o programa, contribuindo para dar um salto de qualidade. E, no caso dos professores mais jovens (documento da área de setembro de 2005), contribuir para garantir o futuro do programa. A situação residual de docentes em processo de migração definitiva para outros programas e ainda orientando estudantes naquele de origem, deverá ser explicitada com clareza. Pelo exposto, o Comitê de Área, por ocasião da avaliação trienal 2010, não deverá aceitar como docentes colaboradores,



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

aqueles docentes do quadro permanente transferidos apenas para permitir o *cumprimento de metas quantitativas de desempenho que constituem apenas referenciais comparativos e não garantia de conceito*.

II. d. Cômputo da produção científica do corpo docente.

A área de Ciências Biológicas II acompanhou com preocupação, há mais de uma década, a utilização da produção científica de destacados docentes/orientadores em vários programas e decidiu, nestes casos, computar apenas a produção vinculada ao estudante. Todavia, a deliberação do Conselho Técnico-Científico de maio de 2005 ao estabelecer a possibilidade de participação de um professor na condição de docente permanente em dois programas, e em apenas dois, disciplinou com sabedoria esta participação. Com isso, disciplinou também o conjunto de atividades que se espera de um docente permanente pleno: orientação, ensino e eventualmente extensão. Ao mesmo tempo, ao promover associações, ações de solidariedade, programas multi-institucionais, programas multicêntricos, programas interdisciplinares e iniciativas de nucleação, a CAPES estimulou a inserção de docentes permanentes em mais de um programa. A área de Ciências Biológicas II ao aceitar (reunião do Conselho Técnico Científico, supracitada) a participação de até 40%, no quadro permanente, de docentes oriundos da mesma ou de outra instituição, sinalizou a importância desta abertura ao mesmo tempo em que passou a induzir ações como aquelas mencionadas acima. Por tudo isso, a área entende que estas ações só podem ser assumidas com plenitude por docentes que contribuam integralmente com sua bagagem acadêmica, incluindo toda sua produção científica.

II. e. Avaliação da produção discente em programas sem doutorado.

Em relação à participação discente na produção intelectual, a área recomenda que aqueles programas sem doutorado ou com doutorado recente mereçam uma análise especial. Esta atitude visará tanto preservar a realidade da trajetória do programa quanto evitar o desestímulo.

II. f. Produção científica de estudantes de programas Minter e Dinter e turmas fora de sede.

As comissões que se reuniram para construir o Qualis entenderam desde o início – e esta conceituação foi adotada em definitivo pela área – que a absorção de estudantes de programas Minter, Dinter e turmas fora de sede poderá introduzir, num determinado período, um desequilíbrio no fluxo de dissertações/teses para uma publicação completa em periódicos indexados. Esforços semelhantes, como os envidados para a publicação dos trabalhos de formação dos estudantes do Programa Sede, deverão ser dedicados para aqueles dos programas MINTER e DINTER (e ainda para turmas fora da sede). Todavia, a circunstância que leva certamente ao aumento do denominador da Tabela 3 $\{\sum (D+T)\}$ deverá ser considerada em separado para o cálculo do índice correspondente, para não desencorajar iniciativas que a CAPES (e a área) estimula vivamente.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

III. Considerações gerais sobre o Qualis Periódicos, Roteiro para Classificação de Livros e os critérios da Área para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

Desde a implantação da nova sistemática de avaliação dos Programas do Sistema Nacional de Pós-Graduação em 1998, a área de Ciências Biológicas II tornou progressivamente mais exigente a utilização do seu Qualis de Periódicos para a atribuição comparativa dos conceitos nas avaliações trienais de 2001, 2004 e 2007. A marca mais profunda desta exigência crescente foi a de não considerar, nos sucessivos comitês, os periódicos locais e os periódicos restritos a circulação nacional.

Inicialmente, portanto, será apresentada a definição de periódico para a Área e, depois de um sucinto esclarecimento histórico, como esta definição/conceito foi trabalhada a partir de abril de 2008. A área de Ciências Biológicas II trabalhou com a definição estabelecida em 2001, com algumas ampliações decorrentes da diversificação das bases de dados, incorporando ainda os periódicos como mencionado na seção anterior, da base *SciELO* apoiada pelas agências CNPq e CAPES.

O critério central da área para a definição de periódicos é o de sua indexação nas bases de dados do *Institute for Scientific Information (ISI) Web of Science* (Thomson Institute), *Scopus (SCImago research group, Elsevier B.V.)* e *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*. Portanto, esta inclusão pressupõe ISSN, periodicidade e constância da publicação, corpo editorial de reconhecidos especialistas dos diferentes campos de saberes, resumo em inglês e revisão anônima dos artigos por pares.

Em relação aos periódicos *on line*, a área detectou três situações diferentes: a) a daqueles que precedem ou coexistem com a versão impressa indexada; b) a daqueles com edição somente *on line*, indexados na base ISI e, c) a daqueles com edição somente eletrônica sem indexação. Para os primeiros, a área determinou a equiparação dos fatores de impacto e, portanto, da estratificação; para os segundos, adotar o FI e a estratificação decorrente desta; para os terceiros, a inclusão no estrato C.

Na avaliação trienal encerrada em 2007, os únicos periódicos utilizados para o preenchimento da Ficha de Avaliação e, com o peso que lhes coube para atribuição de conceitos, foram aqueles da base de dados *Journal of Citation Reports (JCR)* do *Institute for Scientific Information* (atualmente *ISI/Thomson Scientific*). Mas, somente aqueles de fatores de impacto (FI) entre 0,70 e 1,35 (antiga categoria Internacional B) e acima de 1,35 (antiga categoria Internacional A) foram considerados. Eventualmente, contribuição considerada excepcional por um Programa, apontando para vertentes outras da ciência, da formação de pessoal ou da cultura de modo geral que não a criação de conhecimento novo, foi considerada no qualitativo do desempenho global do Programa.

Adicionalmente, a área passou a computar o somatório dos índices de impacto dos periódicos utilizados no triênio (sempre limitados aos dois estratos Internacionais A e B acima mencionados) e a dividi-lo tanto pelo número de orientadores permanentes quanto pelo número de publicações incluídas nas duas categorias indicadas.

Na avaliação trienal anterior a atribuição de conceitos na Ficha de Avaliação (quesitos do Corpo Docente e Produção Intelectual) foi ainda considerada a relação entre trabalhos Internacionais A com co-autoria docente e o somatório de teses e dissertações no período.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Este último indicador visou dar destaque e significado ao destino e à qualidade das teses e dissertações. E não foi considerada positiva a escolha de periódicos Internacionais B para publicar resultados de teses e dissertações.

A não consideração, pelos sucessivos comitês da área, de publicações não incluídas nas categorias internacionais A e B levou à construção de um Qualis de Periódicos aparentemente monótono, com predomínio (acima de 80%) de periódicos internacionais A indexados na base ISI. De forma alguma, esta aparente monotonia do Qualis de Periódicos da área de Ciências Biológicas II, prejudicou a avaliação criteriosa e rigorosa na última trienal (2004-2006), como mostram as estatísticas comparativas de oscilações de conceitos nas diferentes áreas. Exemplo adicional do poder discriminatório dos diferentes indicadores empregados pela área – atrelados ou não ao Qualis de Periódicos – foi revelado em levantamento realizado junto aos programas sobre a mediana dos impactos dos periódicos utilizados no último triênio¹.

Em resposta a estímulos da coordenação da área e da comissão especial do Qualis criada em março de 2008, dezenove Programas (de um total de 53) enviaram estas informações, o que permitiu constatar que os valores destas medianas (2,4; 2,5; 2,4; 2,1; 4,1; 2,1; 2,3; 2,3; 2,6; 2,2; 2,2; 2,4; 2,4; 2,1; 2,2; 2,2; 2,3; 2,1 e 2,3) correspondem a um conjunto de programas de conceito diverso que cobrem de maneira uniforme o espectro contínuo de conceitos que se estende de 3 a 7. Nos programas da Área são cultivados, em proporções variáveis, os saberes que na base de dados tomada como referência para o Qualis (JCR, 2008) são enquadrados nas categorias a seguir e cujos periódicos apresentam as medianas de fatores de impacto indicadas em parênteses: Bioquímica e Biologia Molecular (2,6), Conservação da Biodiversidade (1,1), Biofísica (2,4), Biotecnologia e Microbiologia Aplicada (1,9), Biologia Celular (3,2), Ecologia (1,5), Endocrinologia e Metabolismo (2,8), Entomologia (0,9), Ciências do Meio Ambiente (1,4), Biologia Evolutiva (2,4), Genética e Hereditariedade (2,6), Imunologia (2,8), Neurociências (2,6), Oncologia (2,7), Parasitologia (1,7), Farmacologia e Farmácia (2,3), Fisiologia (2,2), Ciências das Plantas (1,1) e Toxicologia (2,2). Portanto, as medianas de fatores de impacto dos 1249 periódicos utilizados para a publicação dos 7931 artigos completos no triênio findo pelos programas da Área, no amplo espectro de conceitos que se estende de 3 a 7, se superpõem com as medianas de fatores de impacto de periódicos considerados – no universo coberto pelo JCR – como veículos para a publicação dos diferentes saberes que nesses programas se cultivam.

Após a decisão do Conselho Técnico-Científico da CAPES de na sua reunião de abril de 2008, que estabeleceu uma nova escala de estratificação de periódicos, critérios e recomendações para seu preenchimento e suas ponderações, a coordenação de área iniciou um processo de comunicação com os diferentes programas e com a comissão de Qualis, previamente indicada em março de 2008 para o estudo desta questão. Os membros desta comissão, assim como a própria coordenação de área, impulsionaram tanto reuniões em instituições de ensino que congregam vários programas em diferentes lugares do país, como estimularam reflexões em programas individuais acerca do significado da avaliação

¹ Embora diferente, conceitualmente, da mediana dos impactos quando se consideram os artigos, ela não diferiu de maneira importante quando se consideraram grandes números (de artigos e revistas).



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

do desempenho. Chegaram ainda a promover debates sobre a área de abrangência dos diferentes periódicos e a repercussão dos trabalhos neles publicados. Também, desenvolveu-se uma avaliação comparativa dos diferentes fatores e índices de categorização dos periódicos através dos índices FI e “h”.

Alimentado com estas informações, observações e sugestões, a comissão do Qualis reuniu-se em Brasília, na sede da Diretoria de Avaliação, em julho de 2008. Em todo momento, a comissão teve como preocupação procurar uma sintonia conceitual com as outras três áreas da grande área das Ciências Biológicas, preservando também sua decisão de aprofundar as interlocuções com outros saberes. Os dados e as sugestões contribuíram sobremaneira para o trabalho da comissão, especialmente para: a) precisar os perfis dos periódicos destinados a povoar os estratos mais altos e, b) para avaliar a necessidade de indicar periódicos específicos, independente dos índices bibliométricos disponíveis. Contribuíram, ainda, para o diagnóstico mais preciso de vocações temáticas em diferentes programas, capazes de estimular ações indutoras no futuro. As decisões e recomendações do comitê espelham a amálgama destas contribuições. Como primeiro passo, a comissão conferiu o número total de trabalhos publicados em periódicos (o conceito de periódico para a Área foi explicitado acima) com base na síntese dos “coletas” anuais 2004-2006 (a partir de identidade visual disponibilizada em abril de 2008). Como mencionado acima, do total de 7987 artigos, 7931 foram publicados em 1249 periódicos indexados na base ISI, cobrindo as categorias da distribuição de Pareto². A mediana de distribuição dos artigos pelo impacto das revistas onde foram publicados foi de 2,30 e este valor serviu como referencial inicial para a estratificação.

A comissão resolveu inicialmente adotar os 7 estratos alfanuméricos, determinados pelo Conselho Técnico-Científico, para os periódicos indexados (A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5) e um estrato para os não indexados e, portanto, não recomendados (estrato C). Depois da análise de modelos de distribuição pelos estratos em função da peculiaridade das subáreas que orbitam nas Ciências Biológicas II e das trajetórias de desempenho, a comissão resolveu propor os seguintes intervalos de estratificação com base em múltiplos e frações da mediana geral do impacto do conjunto de periódicos, considerando a frequência de publicação de artigos em cada um destes periódicos. Observou, ainda, as recomendações dos itens 6, 8 e 10 detalhados na Instrução Normativa 02/2008 de 6 de maio de 2008 (Figura 1).

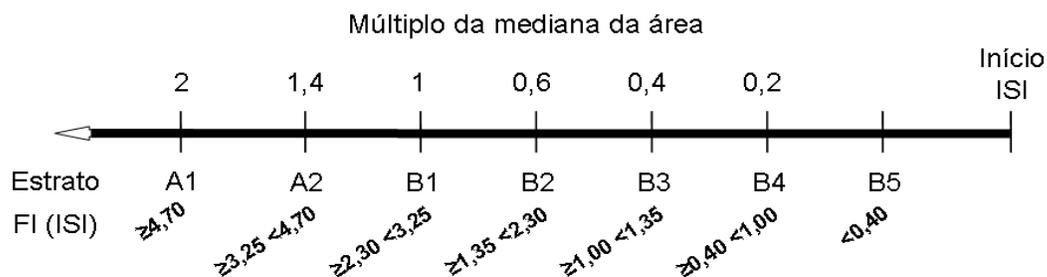


Figura 1 - Intervalos da estratificação da área de Ciências Biológicas II.

² Metodologia estatística de análise que leva em conta valores acumulados.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

A distribuição porcentual inicial de periódicos pelos estratos A1 (11,9), A2 (13,3), B1 (21,3), B2 (31,3), B4 (10,6), B5 (1,4) e C (1,6) respeita os vínculos estabelecidos, e mostrou também que 46,5% dos periódicos utilizados correspondiam àqueles com fatores de impacto na faixa (21,3% do estrato B1) ou bem acima da mediana mundial registrada no JCR (25,2% dos estratos A1 mais A2). As porcentagens residuais de periódicos B5 (1,4) e C (1,6; esta última propositalmente incluída para mostrar a quase inexistência de trabalhos não indexados) confirmam na outra ponta o predomínio da escolha – e aceitação – por periódicos de reconhecimento internacional. Por ocasião da reabertura do Qualis no início de 2010, foi feita nova avaliação, incorporando outros periódicos utilizados em 2008 e que não estavam na base até então. O Qualis resultante desta modificação mostra a manutenção destes percentuais de estratificação sem variações significativas, com exceção do aumento de periódicos com IF menor que 0,4 (C) (311 periódicos), resultado de recomendação da coordenação de área aos programas para computar publicações em veículos que poderão ser indexados num futuro próximo. Depois da reabertura do Qualis e da consolidação da relação de periódicos utilizados em 2007 e 2008 (portanto nos dois primeiros anos do triênio recém findo), chegou-se a um Qualis de 1926 periódicos indexados no JCR cuja distribuição por estratos é a seguinte: A1, 169, 10,47%; A2, 231, 14,31%; B1, 341, 21,35%; B2, 510, 31,60%; B3, 172, 10,65%; B4, 166, 10,28%; B5, 25, 1,55%. Três conclusões emergem destes novos números quando comparados com aqueles encontrados em 2008: (i) a ampliação da base de periódicos indexados utilizada nestes dois anos como resultado do esforço da CAPES para indexar novos veículos na base ISI; (ii) a preservação da distribuição porcentual por estratos com respeito dos vínculos estabelecidos; (iii) a manutenção da mediana de fator de impacto destes veículos (2,31) a despeito da ampliação do número total de periódicos.

Os vínculos de peso entre os estratos estão mostrados na Tabela seguinte.

Tabela 1

Vinculações de peso entre os estratos

ESTRATO	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5
PESO	100	85	70	60	50	30	10

No contexto descrito acima, sobre classificação de periódicos, cabe destacar a situação do Brazilian Journal of Medical and Biological Research (BJMBR). Por oportuno, deve ser lembrado que a Área de Ciências Biológicas II há anos considerava o BJMBR como periódico Internacional A (IA), independentemente do seu FI que, deve ser destacado, passou a aumentar de maneira persistente na última década. Uma razão fundamental motivou esta decisão da área ainda pouco depois de 1998: a convicção de que era necessário contar com um periódico internacional editado no Brasil, de padrão comparável com o das revistas de maior prestígio nas áreas que se englobam dentro do campo que pode ser chamado de "ciências biomédicas", capaz de se tornar um rápido e exigente meio de divulgação de trabalhos de grande significado desenvolvidos no Brasil e alhures. Fortaleceram ainda essa decisão (i) o fato do BJMBR contemplar todas as subáreas que compõem a CB II e (ii) a forte ligação institucional do BJMBR com a



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Federação de Sociedades de Biologia Experimental (FeSBE), onde orbitam todas as áreas de saberes das Ciências Biológicas II (ver relação acima).

Uma constatação relevante levou o comitê de julho de 2008 a estratificar inicialmente o BJMBR conforme seu fator de impacto: o longo período entre a submissão e a eventual publicação que inviabilizava a sua utilização como veículo de produção intelectual associada a dissertações e teses, uma vez que a área acentuou – como não podia deixar de fazê-lo – a importância da produção intelectual vinculada ao estudante na avaliação do desempenho dos programas. Isto levou o comitê a decidir pela estratificação do BJMBR no nível B3 em função do seu fator de impacto, de 1,075 à época. O comitê, no entanto, reconheceu que esta decisão poderia significar um duro golpe no periódico, antes merecedor de especial consideração e, por isso, credenciou o coordenador de área a estabelecer contatos com os Editores para propor alternativas capazes de acelerar a dinâmica de publicação de trabalhos aceitos no BJMBR, permitindo assim a publicação de trabalhos vinculados a teses e dissertações em tempo breve. Isto começou a ocorrer na reunião da FeSBE em agosto de 2008, evento que incluiu este assunto na pauta da assembléia das sociedades.

A área entendeu que, a partir desses encontros em agosto de 2008, foram estabelecidas as bases para fortalecer o BJMBR e, ao mesmo tempo, torná-lo o veículo de publicação eficiente de trabalhos de grande significado. Por isso, a discussão sobre estratificação do BJMBR retornou na reunião de outro comitê em janeiro de 2009. Merece ser citado que se tratou de comitê com composição parcialmente modificada, como é da tradição da CAPES para alargar a base da discussão e decisão dentro da área. Mais amadurecida, a questão da estratificação do BJMBR retornou na reunião de três subcomitês em junho de 2009, mais uma vez parcialmente renovados. O consenso, que se descreve a seguir, foi o da necessidade de ações multilaterais que foram definidas como a de "formulação de um pacto" para fortalecer e dinamizar o BJMBR, que deveria ser trabalhado e apresentado na reunião da FeSBE do presente ano e que culminaria com a realocização do BJMBR no estrato A2. A área entendeu, pela opinião dos presentes, que uma tímida passagem para o estrato B2, por exemplo, não estaria à altura do sempre almejado prestígio para a revista dentro do Qualis da CB II: ele deveria ter condições de estar entre as grandes opções para publicar excelentes trabalhos, como afirmado acima várias vezes. Consenso próximo foi alcançado no encontro de coordenadores e alguns coordenadores adjuntos das áreas de Ciências Biológicas I, II e III.

Este pacto de compromissos foi idealizado como sendo um quadrado cujos respectivos lados - unidos numa estrutura interativa - seriam: (i) as agências de fomento, (ii) as Sociedades Federadas na FeSBE, (iii) os integrantes da comunidade científica e (iv) o corpo editorial do BJMBR. Esses componentes teriam os seguintes compromissos:

(1) caberia às agências estabelecer garantia de adequado orçamento para o BJMBR com período de aplicação por 5 (cinco) anos, com compromisso de aditivos em caso de ampliação do número de artigos e/ou da tiragem do periódico, incluindo volumes especiais de revisões ou de anais de eventos internacionais realizados no Brasil;

(2) às Sociedades Federadas na FeSBE caberia não apenas indicar membros do *Editorial Board* altamente engajados no dia-a-dia do BJMBR, como estimular sócios para, pelo menos, submeterem um artigo de grande significado a cada 3 (três) anos, em lugar de



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

fazê-lo num dos mais prestigiosos periódicos de suas respectivas subáreas. Um compromisso formal e público de pesquisadores foi considerado como possível estímulo visível para todos;

(3) aos integrantes da comunidade científica, na condição simultânea de revisores e autores caberia o compromisso - a ser lembrado de forma automática aos revisores, como ocorre com as principais revistas do mundo - de retornar seus pareceres no prazo de no máximo 2 (duas) semanas (revisores) e as versões corrigidas no prazo máximo de 2 (dois) meses no caso de "major revision" e 3 (três) semanas no caso de "minor revision";

(4) aos editores do BJMBR caberia o compromisso de implementar mudanças operacionais internas e imediatas capazes de lidar rapidamente com os prazos acima sugeridos, de tornar rápida a eventual correção do inglês (gramática e estilo) como ocorre, por exemplo, com a Biochimica et Biophysica Acta no Japão e de garantir a publicação on-line da versão do artigo "as accepted" (com DOI), deixando para um prazo não maior de 1 (um) mês a sua substituição pela versão definitiva, na forma em que, por exemplo, o faz o Journal of Biological Chemistry.

A área não condicionou a implementação destas propostas, para a mudança de estrato do BJMBR de B3 para A2 porque tem a mais absoluta convicção de que os quatro "lados" envolvidos acreditam que estas sugestões são viáveis e ainda passíveis de aperfeiçoamentos adicionais. Ainda, nela permeia a convicção de que, com a realização dos congressos internacionais de todas as suas subáreas no Brasil na próxima década, haverá motivos adicionais para o BJMBR se constituir num dos veículos de "grande opção" para a publicação de trabalhos de verdadeiro impacto nesta geração. Especialmente para os jovens doutores que, de maneira cada vez mais aprimorada e sólida, serão capazes de explorar problemas de grande relevância, na fronteira das mais variadas facetas e campos das Ciências Biomédicas no Brasil.

A área não utilizará – nesta oportunidade – o Roteiro para Classificação de Livros em função da arraigada tradição de avaliar a produção científica na forma de artigos publicados em periódicos indexados. Contudo, os livros e capítulos de livros publicados por docentes e estudantes dos programas da área serão considerados (i) ao avaliar o item 4.3 e o quesito 5 da Ficha de Avaliação, (ii) na análise qualitativa das considerações e informações livres enviadas pelos programas dentro do coleta e (iii), novamente, quando for analisada a atribuição dos conceitos de excelência. A área já organizou um grupo de trabalho para construir um roteiro, coordenado por orientadora de programa com histórico relevante na edição de livros.

Deve ser inicialmente destacado que os atributos esperados para avaliar os diferentes itens e, em consequência, os quesitos, não representam uma métrica que leve automaticamente à atribuição de um ou outro conceito final. Eles constituem referenciais capazes de orientar, no seu completo conjunto, de maneira comparativa e equivalente, a apreciação pelos relatores e o julgamento pelo comitê em pleno, do desempenho dos programas no triênio e de sua trajetória ao longo das avaliações que se sucedem desde 1998. Ainda, a análise de cada um destes itens será novamente realizada à luz das propostas dos programas (quesito 1).



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

IV. Ficha de Avaliação para o Triênio 2007-2009		
Quesitos / Itens	Peso *	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40	Os itens deste quesito deverão ser avaliados qualitativamente como marco referencial da trajetória do Programa. Concluída a avaliação dos quesitos seguintes, deverá ser conferida a coerência desta com a apreciação inicial do quesito para a atribuição final do conceito. Este item deverá merecer uma avaliação qualitativa conforme a orientação geral acima.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	40	Este item deverá merecer uma avaliação qualitativa conforme a orientação geral acima.
1.3. Infra-estrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20	Este item deverá merecer uma avaliação qualitativa conforme a orientação geral acima.
2 – Corpo Docente	20	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	20	Será valorizada a presença de docentes com experiência consolidada e de novos docentes qualificados que mostrem renovação e expansão. Como um todo, o corpo docente deve ter uma trajetória de compromisso com o programa e sua maioria deve ter tempo de titulação superior a 10 anos. Nos últimos 10 anos, espera-se a

* Peso do Quesito na nota final e peso do Item dentro do Quesito



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		adição de novos orientadores (ver recomendação II. b, acima).
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	20	Este item deve ser analisado em conjunto com o quesito 4. Serão consideradas: (i) a presença de docentes com atividade simultânea de orientação; (ii) a participação em disciplinas de PG e a distribuição das atividades didáticas.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	50	Será considerada a fração de docentes com pelo menos um aluno de pós-graduação em orientação no período em análise. Este item será também analisado conjuntamente com os quesitos 3 e 4.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	10	Será considerada a relação de estudantes em iniciação científica (IC)/número de docentes e, em caso de IES, a participação nas disciplinas de graduação.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	35	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	20	Levar em consideração as datas de implantação dos cursos (M e D) no Programa em tela, que deverá merecer apreciação no campo final. Ex: o número de defesas de teses num curso novo demora pelo menos quatro anos para começar. Além disso, levar em consideração que o indicador (b) abaixo tende a ser menor à medida que a proporção de teses de doutorado for maior.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		Serão considerados: (i) Σ (Dissertações e 2 \times teses) no triênio /número médio de docentes no triênio. (ii) Σ (Dissertações e 2 \times teses) no triênio/número médio de alunos no triênio. Ver ainda, com especial atenção as determinações dos itens gerais IIb, IIc e IID no campo próprio deste documento.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20	Será considerada a fração do corpo docente com orientação concluída no triênio.
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	50	Serão valorizados: (i) a relação Σ dos trabalhos publicados com co-autoria discente/ Σ das dissertações e teses no triênio; (ii) fator do impacto dos periódicos que veicularam estas publicações; (iii) distribuição destes trabalhos entre o corpo docente. Discentes incluem os estudantes de mestrado e doutorado, bem como os egressos (últimos 3 anos). A participação de estudantes de iniciação científica será valorizada no item 2.4 e na apreciação qualitativa geral.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10	Será considerada a mediana de tempo de titulação de mestres e doutores.
4 – Produção Intelectual	35	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40	Serão considerados: (i) o número de artigos \geq B2 de docentes permanentes no triênio/ Número médio de docentes no triênio; (ii) a



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		distribuição de publicações em periódicos dos diferentes estratos, observando as vinculações de peso entre eles (Tabela 1).
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	55	Serão consideradas as frações de docentes que tenham publicado nos periódicos de cada estrato e o número destas publicações.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	5	Serão considerados os seguintes frutos de produção intelectual e sua distribuição em relação à dimensão do corpo docente: material audiovisual, livros, capítulos de livros, patentes depositadas, material para a educação básica, material de divulgação científico-pedagógica.
4.4. Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	0	Não se aplica de modo geral. Exceções deverão ser analisadas na apreciação qualitativa geral.
5 – Inserção Social	10	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	40	Serão valorizados: (i) inclusão de egressos como Pós-Doutores nas atividades de ensino, pesquisa e formação de IC no Programa ou em local diferente daquele do Programa. (ii) formação de pós-graduandos orientados por docentes em outras regiões do país ou provenientes de outras regiões. (iii) programas de cooperação simétrica. (iv) programas de cooperação assimétrica. (v) atividades na interfase



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		com a educação básica (vi) incluir entre os orientadores membros da diretoria de sociedades científicas nacionais ou regionais. (vii) integrar INCT ou PRONEX
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	40	Será valorizado o compromisso do programa, de forma institucionalizada, com as seguintes modalidades de cooperação: (i) participação em Minter, Dinter, turmas fora de sede ou Programas Multicêntricos de PG; (ii) participação do programa em Procads, Casadinhos, e outras cooperações regionais ou Nacionais como, por exemplo, com empresas privadas; (iii) participação em programas de formação continuada de docentes de ensino médio ou fundamental.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	20	Serão valorizadas a acessibilidade à página, à facilidade de compreensão de suas informações, a sua atualização, a existência de regras claramente explícitas de acesso ao programa (regulamentos e requisitos para os estudantes) e a existência de iniciativas para a divulgação da ciência para o grande público por diferentes meios.

V. Considerações e definições sobre atribuição de notas 6 e 7 – inserção internacional

As notas “6” e “7” são reservadas para os programas classificados com nota “5” na primeira etapa da avaliação trienal, e que atendam necessária e obrigatoriamente duas



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

condições: (i) apresentem desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência; (ii) tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais programas.

Em relação ao conceito global de “inserção internacional” do título do quesito, a área de Ciências Biológicas II considera que devem ser distinguidos três aspectos: a inserção internacional enquanto atuação, o reconhecimento deste desempenho quando comparável com o dos centros internacionais de referência para a área e os sinais de prestígio acadêmico advindos deste reconhecimento.

Na área de Ciências Biológicas II todos os elementos de análise nos 3 itens abaixo deverão ser analisados em conjunto e comparativamente entre todos os programas elegíveis para conceitos 6 e 7.

6.1. Nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos e na produção de conhecimento (70%).

Será valorizado o desempenho nas categorias A, B e C, abaixo. Serão novamente avaliados comparativamente: (i) o número e a distribuição de publicações nos diferentes estratos de periódicos; (ii) a vinculação de teses e dissertações com publicações e o fator de impacto dos periódicos que as veicularam.

O corpo docente de um programa com conceito 7 deverá apresentar atividades significativas na maioria dos itens relacionados abaixo, distribuídas de forma homogênea entre a maioria de seus integrantes. A análise comparativa e conjunta de todos os itens nos diferentes programas candidatos aos conceitos de excelência deverá permitir a atribuição diferenciada de conceitos 6 e 7.

A- Inserção internacional

1. Evidência de serviço à comunidade científica internacional na forma de associação a corpo editorial de periódicos indexados, organização de simpósios, mesas redondas e outros eventos internacionais.
2. Evidência de colaborações simétricas no país e no exterior na forma de co-autoria com pesquisadores de outras Instituições.
3. Evidência de serviço à comunidade científica na forma de revisão de propostas de pesquisa competitivas e publicações em revistas indexadas.
4. Apresentação de conferências em reuniões internacionais (Plenárias ou Simpósios).

B- Desempenho intelectual e reconhecimento deste desempenho

1. Captação de recursos nacionais e internacionais baseada em avaliações competitivas como, por exemplo, NIH, OMS, NSF, Wellcome Trust, União Européia, Howard Hughes Medical Institute, PEW, dentre outras.
2. Treinamento de pós-doutorandos, em especial de outras IES e outros países.
3. Evolução temporal da qualidade das publicações.
4. Número de citações nas bases ISI e Scopus.
5. Participação de bolsistas de produtividade nível 1 do CNPq.

C- Sinais de prestígio acadêmico de nível internacional (numa perspectiva que se apóia na realidade presente, mas com expectativas que se estendem para além da avaliação trienal de 2010).

1. Ter no quadro detentores de prêmios tais como: Nobel, Ordem Nacional do Mérito



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Científico nos graus de Comendador e Grã-Cruz, Bill & Melinda Gates Foundation, Conrado Wessel, Mulheres em Ciência L'Oréal e ABC, Guggenheim, Academia de Países em Desenvolvimento (TWAS), Prêmio Almirante Álvaro Alberto, Prêmio Scopus, Prêmio México de Ciência e Tecnologia, Medalha Institut Pasteur/UNESCO, Fundação Alexander Von Humboldt, entre outros.

2. Incluir no quadro docente membros de academias, tais como: Academia Brasileira de Ciências, Academia Nacional de Medicina, Academia Brasileira de Letras, Academia de Ciências dos Países em Desenvolvimento (TWAS), National Academy of Sciences USA, Royal Society, ou similares de outros países.

3. Publicação de artigos/revisões a convite em revistas de reconhecido prestígio.

6.2. Consolidação e liderança nacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação (20%).

Este item será avaliado comparativamente para os programas candidatos a conceitos 6 e 7 pela consolidação do programa como formador de recursos humanos e não apenas como importante centro de produção de pesquisa e pela liderança nacional na nucleação de programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa.

O desempenho, os destaques e a empregabilidade nas suas diferentes facetas deverão ser objeto de cuidadosa análise.

Elemento central para a análise deste item será a detecção de egressos que participam ativamente ou contribuíram na criação e consolidação de novos programas, com ênfase na atividade nucleadora dos últimos 10 anos. Adicionalmente poderão ser avaliados neste item os egressos que estabeleceram grupos de investigação consolidados em empresas.

Para a avaliação deste item serão analisados também os elementos relacionados em 6.1 em orientadores de programas não candidatos aos conceitos 6 e 7.

6.3. Inserção social e solidariedade regional com vistas à superação de assimetrias (10%).

Para a avaliação deste item deverão ser novamente analisadas as atividades relacionadas acima no quesito 5 (inserção social) que, para os conceitos de excelência, deverão mostrar características superlativas às estabelecidas para a avaliação dos itens e quesitos que mereceram conceito “muito bom”.